

Apoio Mútuo #1

1,7 €

Maio 2009

Revista teórica e cultural da Associação Internacional d@s Trabalhador@s – Secção Portuguesa

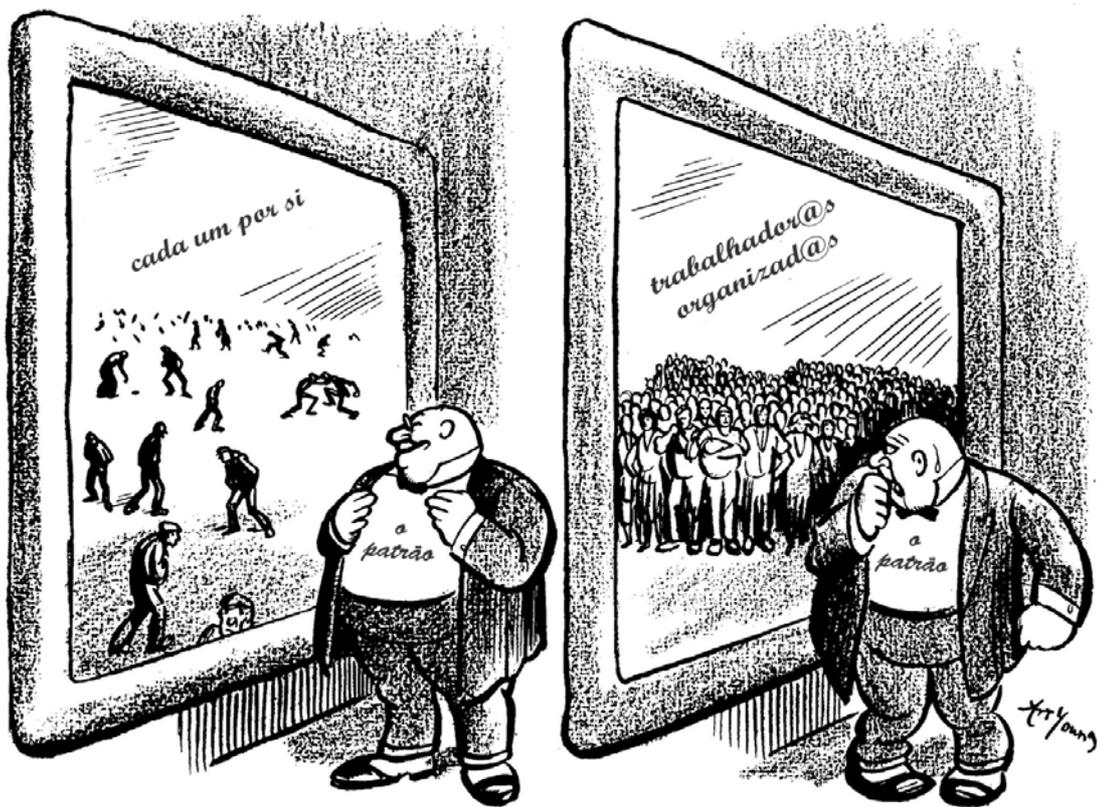


Organização Revolucionária e Revolução Social

A revolução que vem?

Paris, 1968

Quando a polícia escreve nos jornais



Porquê o *Apoio Mútuo*?

Estamos convictos de que o anarco-sindicalismo é, por um lado, a resposta adequada, por parte dos trabalhadores, à exploração e opressão a que o capitalismo e o Estado sujeitam o conjunto da sociedade, e de que é, por outro lado, simultaneamente um meio de luta e uma forma de organização que, prefigurando já no presente a sociedade futura a que aspiramos, abre o caminho à construção de um meio social no qual os indivíduos e as suas associações possam livremente cooperar, na base do apoio mútuo e da solidariedade, no sentido, não só da satisfação das suas necessidades físicas, psíquicas e intelectuais quotidianas, mas também do pleno desenvolvimento de todas as suas capacidades e aptidões.

Dito isto, sabemos bem que há diferentes correntes libertárias de opinião, divergentes quanto à forma e aos meios a utilizar no combate que todos travamos para conseguir atingir o objectivo que todos pretendemos alcançar. Há as correntes que consideram o sindicalismo, sob qualquer forma que seja, como inadequado a uma luta anti-capitalista

consequente; há a corrente individualista que não aceita o comunismo libertário como forma de organização social futura; há a anarco-feminista que defende a existência de organizações especificamente femininas; e outras ainda. Pensamos que é sempre extremamente útil aprofundar, por todas as formas ao nosso alcance, o debate de ideias em torno destas, e doutras, correntes de opinião.

A par deste debate de ideias, também achamos importante a análise de outras questões que possam, directa ou indirectamente, interessar à luta dos oprimidos e deserdados pela sua libertação de toda a espécie de tiranias, tais como: capitalismo e globalização; guerras, fome e miséria; partidos, sindicatos burocrático-reformistas e mass media; concertação social; guerra social; greve geral activa e autogestão; e tantas outras.

Por isso, decidimos iniciar a publicação desta revista com o objectivo de contribuir para um maior esclarecimento das ideias de todos, e de cada um, de nós.



Organização Revolucionária e Revolução Social*

Comunismo anarquista

Somos “comunistas”. Mas não no sentido vulgarizado e caricatural que aparece a todo o momento nas páginas dos livros de história e nos *media* (“regime comunista”, “Estado comunista”, “partido comunista”, etc.). O verdadeiro comunismo é de essência anarquista: anti-estatista (afirma a desapareição do Estado) e anti-autoritário. Significa a comuna livre e a associação dos indivíduos. Quando os oprimidos e os explorados decidem conjuntamente, nas assembleias gerais, como querem viver e o que fazer para se apoiarem mutuamente. Quando utilizam e põem em comum através da colectivização e da socialização todos os bens e produtos da terra. Segundo as palavras do poeta anarquista do século XVIII, Sylvain Maréchal: «Utiliza-se a luz do Sol que brilha para todos». Desafortunadamente, em 1917, o sentido deste termo foi distorcido e desnaturado pelos bolcheviques, tornando-se em seguida motivo de chacota do resto do mundo.

Assembleias gerais, pedra angular da sociedade livre

Nós somos «comunistas» nas nossas ideias, no fim pelo qual trabalhamos; nós somo-lo igualmente na nossa própria luta. Estamos convencidos de que, por si mesmas, as assembleias gerais das fábricas, dos serviços e dos moradores dos bairros ou das localidades devem decidir como organizar as greves (ou as

revoltas), as manifestações e as reuniões; como resistir face à repressão das forças coercivas do sistema. Elas devem decidir, por si mesmas, sem auto-proclamados representantes dos partidos, dos sindicatos, dos deputados ou dos juízes. Ou seja, rejeitar toda a forma de burocracia. Tais assembleias gerais soberanas são não só uma aposta de sucesso na luta actual, mas também um protótipo, de facto uma pedra angular da sociedade livre.

Mas se vós, anarquistas, sois pelas assembleias gerais, porquanto as considerais uma pedra angular da sociedade livre, porquê julgais necessária a criação da «organização anarquista de trabalhadores»? O leitor pode então questionar-se sobre para que servem tais assembleias.

Comecemos pela simples constatação de que as assembleias gerais são muito raras na Rússia contemporânea. A luta é gerida e conduzida, aqui, na maior parte das vezes, pelos políticos dos partidos e pelos burocratas sindicais. O seu comité sindical decide todos os aspectos da greve. Os trabalhadores não se reúnem senão para confirmar as decisões já tomadas por este comité sindical. Segundo eles, a massa, “incompetente”, não é capaz de se organizar por si própria – infelizmente, a sua opinião tornou-se irrelevante. Quebrems esta triste tradição a todo o custo! É por isso que é de uma importância vital unir os oprimidos e os explorados que defendem o princípio da soberania das assembleias gerais.

No entanto, actualmente, as assembleias gerais não são suficientes por si sós, tanto mais quanto elas só se reúnem quando rebenta uma greve importante. O poder manifesta-se muito rapidamente através dos representantes dos partidos e dos sindicatos. Estes chegam ao ponto de tomar todas as decisões que dizem respeito à condução da luta. São eles que falam, deliberam e negociam com os patrões e as autoridades para concluir alianças sobre o dorso dos trabalhadores... Os oprimidos e explorados não passam então de figurantes, como acontece todos os dias sob o capitalismo. Outro fenómeno do mesmo género: as massas “abdicam”, por vezes, mesmo da sua soberania, confiando a responsabilidade de pensar e de decidir aos pequenos chefes improvisados e aos burocratas sindicais.

Porque acontecem as coisas desta forma?

As assembleias gerais são habitualmente o lugar onde se tomam as decisões, mas elas não são um fim em si. Podem tomar-se decisões muito diferentes, neste espaço público, que são contraditórias, de facto incompatíveis, com os interesses dos explorados e dos oprimidos em luta. A forma é fundamental, o conteúdo também, assim como a sua harmonia. Porque o conteúdo das decisões é determinado por aqueles que aí participam, pelas suas necessidades, pelos seus desejos, pelas suas ideias e pelas suas convicções. Tudo isto depende deles.

Certamente, o ser humano é um ser social (é a sua especificidade biológica, se quisermos). O seu comportamento é evidentemente estruturado por múltiplas relações que podem impulsionar um profundo apoio mútuo e a solidariedade. Mas os milénios de autoridade, de dominação e de propriedade afectaram gravemente a sua personalidade. Graças a vectores ideológicos (concorrência até ao limite, procura de favores pessoais, egoísmo bestial, conformismo e consumismo perverso), o capitalismo contribuiu grandemente para a tomada desta direcção. E mais, presentemente, uma fracção significativa dos explorados e oprimidos presta-se a trocar a sua liberdade por conforto, a contentar-se com migalhas obtidas através de esforços mínimos e, tanto quanto possível, sem recorrer à luta. E não pretende em caso algum romper com o capitalismo.

Consequentemente, se queremos que as assembleias gerais permaneçam um lugar livre e

independente, para que os explorados e os oprimidos sejam donos da sua luta e do seu destino, todos os partidários desta opção devem unir-se resolutamente a fim de a defender. Para levar a cabo esta ambição, necessitamos de uma organização revolucionária que una nas suas fileiras os oprimidos e explorados que querem lutar conscientemente pelo triunfo da liberdade, da solidariedade e da acracia. Se, desde já, poucas pessoas integram esta organização revolucionária, estamos convencidos de que as nossas ideias convencerão mais cedo ou mais tarde, num primeiro momento, uma fracção significativa dos oprimidos e dos explorados.

Nem partido nem grupo ideológico específico

Significa isto que os partidários do “comunismo livre” devem criar um partido político para lutar contra o capitalismo sob todas as suas formas?

A palavra partido contém em si mesma aquilo que nós recusamos. Significa, nem mais nem menos, que uma “parte” da população age para defender os seus próprios interesses de classe. Um partido é formado por aqueles que pretendem atingir o posto de chefes com o fim de serem representantes instituídos. Estes querem que os explorados e oprimidos lhes confiem o papel de conduzirem a luta. Os membros dum partido agem sempre segundo as instruções vindas de cima, mesmo quando, por exemplo, trabalham na base no seio do meio popular. — “Confiem-nos a representação dos vossos interesses. Nós faremos então...” dizem eles aos oprimidos e aos explorados.

Pouco importa qual o partido em causa, parlamentar, vanguardista ou uma coisa e outra. No primeiro caso, os dirigentes tentam representar os interesses das diferentes classes da sociedade prometendo tudo e mais alguma coisa, mas satisfazendo exclusivamente os detentores da riqueza e do poder. No segundo caso, os dirigentes autoproclamam-se como uma minoria iluminada proveniente do povo, uma elite natural que não é compreendida e estimada pelos poderosos do momento. No entanto, os objectivos e as tarefas destes partidos são sempre as mesmas: tomar o poder, instalar um governo e abandonar continuamente os interesses dos oprimidos e dos explorados.

Não temos a intenção de construir um partido político. Também não queremos permanecer um grupo ideológico de propaganda que se limite à difusão simples das nossas ideias, ainda que por vezes sejamos forçados a começar desta forma. Para nós, é deveras insuficiente frequentar as massas lá onde elas se encontram e falar-lhes. Para nós é insuficiente ir a reuniões e a assembleias gerais de grevistas ou de moradores. Não queremos, de certeza, ser um grupo ideológico que produz análises, sintetiza a experiência da luta e dá lições aos irmãos de classe – guiados e dirigidos, com maior ou menor arrogância, a partir das suas alturas científicas ou culturais.

A teoria morre sem a prática. A conceptualização pura dentro duma torre de marfim é impotente sem uma real confrontação no campo social, de onde emana a lição da experiência. As ideias (*a fortiori* as nossas, as do “comunismo anarquista”) não podem avançar no mundo senão quando elas próprias são capazes de gerar uma força social. Isto subentende, logicamente, que o movimento social recupere para si muitas das nossas ideias como a acracia e a acção directa, juntamente com o ideal de liberdade. Nós aspiramos a que o movimento social destrua este sistema para o substituir por um novo.

A luta contra o mundo actual da autoridade, da dominação, da exploração e da injustiça começa com a resistência contra cada ataque à nossa vida e à nossa liberdade: as greves pelo aumento de salários e pela diminuição do tempo de trabalho que levarão à redução da nossa exploração e ao aumento do tempo livre para o nosso autodesenvolvimento; as reuniões contra a construção de condomínios para os ricos e contra a replanificação comercial dos bairros onde habitamos; a oposição à construção e instalação de indústrias que produzem energias nefastas para a nossa saúde e para a natureza. Dito de outra forma, a luta começa por acções no centro das quais os oprimidos e os explorados defendem os seus direitos e os seus interesses de classe, até que se possa transformar o sistema social.

Isto diz respeito, antes de mais, à esfera do trabalho, que nos escraviza a cada instante. Ou seja, no lugar que ocupamos ao nível do processo de fabrico, de produção e de reprodução do capital (o lugar onde vivemos e onde estudamos)... A nossa ausência de direitos encontra-se lá onde reside o fundamento da

nossa escravidão quotidiana: a extracção da mais-valia colocada no centro do imenso mecanismo totalitário da nossa humilhação e da nossa servidão. Passamos a maior parte da nossa vida no trabalho, vendendo os nossos corpos e o nosso cérebro em troca de um magro salário. Despendemos, a seguir, o resto do tempo para recuperar um pouco de fôlego, descansar, dormir bem, colocarmo-nos em “relativa ordem” e recomeçar, a fim de sermos mais produtivos e rentáveis. Somos reduzidos ao papel de uma máquina que não passa de apêndice de outras máquinas de metal e de plástico. É precisamente lá, onde nós criamos a maior parte dos bens indispensáveis para a vida, que nós dependemos totalmente de qualquer capricho dos nossos amos (patrão e chefe), que usurpam os bens sociais por nós produzidos unicamente para seu lucro... É por isto que tentamos colocar a esfera do trabalho (a empresa ou o serviço onde trabalhamos, a escola ou a universidade onde estudamos) no centro da nossa resistência contra o capital e o Estado que nos oprimem, sem negar todos os outros aspectos da dominação: o consumismo, a atomização, a religião, a família, etc.

Nem sindicato sem ideologia

Qualquer pessoa poderá sugerir-nos que entremos activamente num sindicato ou que criemos um novo? Nós devemos responder «não»!

Os sindicatos surgiram no século XIX para substituir as usuais associações de produtores (corporações de ofícios), dissolvidas e destruídas pelo capitalismo. Unindo-se nos sindicatos de acordo com as suas profissões, os trabalhadores tentaram entreajudar-se no trabalho e na vida. Boa parte destas associações agiram precisamente como sociedades de resistência lutando por aumentos dos salários, pelo melhoramento das condições de trabalho e pela diminuição do tempo de trabalho. Estes trabalhadores agiram também frequentemente de forma revolucionária, levando a cabo greves de agitação ou greves gerais. Também favoreceram a emergência de uma cultura operária que se opunha ao capitalismo, porque proclamava clara e abertamente uma finalidade revolucionária.

No entanto, todas as organizações sindicais, e mesmo as mais revolucionárias, tiveram sempre uma fraqueza. Foram concebidas partindo das condições materiais dos trabalhadores no seio da sociedade existente. De facto, elas estavam ligadas ao contexto de horrível miséria dos dois séculos precedentes. O capitalismo não queria satisfazer nenhuma necessidade dos trabalhadores, até ter sido colocado entre a espada e a parede, ou seja, perante a possibilidade de ser destruído. Apesar de tudo, esta prova foi perdida pelos trabalhadores. Constatou-se que o capitalismo, na sua variante industrial, se reestruturou pelo advento do fordismo e do taylorismo. Este último caracterizou-se por “uma produção impessoal massiva”, baseada na decomposição e cronometragem das tarefas (parcelização), no aparecimento das cadeias ou linhas de montagem, etc. Ultrapassando um certo “saber-fazer técnico” dos operários, os capitalistas puderam então reduzir os custos da produção. Os produtos estandardizados começaram a invadir o mercado, estimulando o jogo da oferta e da procura. A burguesia humanista e progressista (por via do Estado) pôde aceitar um certo número de reivindicações imediatas dos operários e atingir plenamente os seus objectivos: intensificou a exploração da força de trabalho apesar da diminuição do horário de trabalho, através do aumento da taxa de produtividade, e continuou a obter lucros cada vez maiores, embora a massa salarial tenha aumentado. A melhoria do bem-estar dos trabalhadores não engendrou forçosamente a destruição do sistema.

Não saindo do quadro existente, em lugar de lutar por outra sociedade, os sindicatos abriram-se igualmente a pessoas com convicções muito diferentes, que não pretendiam necessariamente arriscar uma ruptura com o capitalismo e o Estado, preferindo mesmo procurar mestres mais conciliadores, tais como os líderes partidários socialistas, e depois os bolcheviques. Depositando a luta pelos seus interesses nas mãos destes aventureiros ávidos de poder, os membros dos sindicatos limitaram-se voluntariamente à defesa do nível de vida: o poder de compra (se se preferir). Emergiu assim uma dualidade: a luta política para os partidos e a luta económica para os sindicatos. Estes últimos foram-se reorganizando pouco a pouco segundo o mesmo esquema da representação parlamentar. Uma burocracia cresceu e tornou-se onnipotente no interior das organizações sindicais. Os seus membros foram reduzidos a

simples figurantes: pagantes de quotizações e executantes de decisões tomadas pela burocracia. Finalmente, os sindicatos são hoje em dia aparelhos ideológicos de Estado, mesmo que o neguem, aparentemente, por meio do neutralismo ideológico (mesmo o sindicalismo revolucionário).

Nós não queremos este sindicalismo reivindicativo que negocia unicamente uma melhor taxa de valor da força de trabalho. Recusamos contentarmo-nos com o simples melhoramento da nossa situação de escravo moderno. Não aceitamos que se parcelize, fragmente e compartimente a luta contra o sistema. O ideológico, o político, o económico, o cultural... são interdependentes, consubstanciais e, de facto, dialecticamente e transversalmente ligados. Desejamos viver não apenas melhor, mas também de outra forma. O que queremos é ser livres!



União de trabalhadores com a finalidade comunista anarquista

A organização revolucionária que nós queremos construir não é um partido nem um sindicato. Ela é, quanto ao seu modo de organização, uma união (ou associação) de trabalhadores, reunindo os trabalhadores que resistem contra a exploração e a opressão quotidianas, no quadro das reivindicações imediatas (enumeradas anteriormente), que não constituem um fim em si mesmas. Estas uniões de trabalhadores – ou antes, “sociedades operárias de resistência” – não se baseiam senão em si próprias. Elas são unicamente um meio para que os trabalhadores tomem consciência da sua subjectividade (uma classe em si e para si), quando fazem prova de solidariedade e de apoio

mútuo durante a luta, quando põem em causa a autoridade, a opressão, a propriedade, a desigualdade, etc.

Defendendo de frente todos os seus direitos, os trabalhadores poderão por si ultrapassar o egoísmo, adquirir a dignidade humana, despertando da letargia secular e tomando também consciência de que é preciso acabar inteiramente com o sistema capitalista. É por isto que as nossas sociedades operárias de resistência (profissionais e interprofissionais) são simultaneamente organizações ideológicas cuja finalidade é o “comunismo anarquista”.

Nós somos então pela união operária que reagrupe os trabalhadores plenamente conscientes dos princípios do “comunismo anarquista”. Ou seja, estão livres de qualquer espécie de burocracia, de politiquice e de arrivismo. Todas as suas decisões são tomadas nas assembleias gerais ou, a nível federativo local, pelos seus mandatários. Estes últimos são unicamente a “voz” daqueles que os designaram.

Estas uniões operárias têm por vocação realizar um trabalho ideológico de propaganda e cultural para difundir os princípios e a finalidade do “comunismo anarquista”, em palavras e em

actos. Estas uniões operárias devem ter a capacidade de preparar e levar a cabo greves e outras acções contra o jugo do capital e do Estado. O nosso objectivo é que os trabalhadores se impregnem das posições do “comunismo anarquista”, que comecem a pensar e agir como tal, independentemente das nossas uniões operárias.

Então, as assembleias gerais por eles criadas – hoje tão raras e instáveis – poderão transformar-se, no futuro, em estruturas regulares, constantes e permanentes nascidas da auto-organização e da autogestão sobre a base do comunismo livre. Chamaremos a estas os conselhos, os sovietes ou as assembleias populares (conforme os usos e os costumes de cada um). Então, inspirando-nos nas ideias e nos princípios do “comunismo anarquista”, nós, os explorados e os oprimidos, iremos, um belo dia, ao assalto derradeiro dos bastiões deste velho mundo.

*** Vadim Grayevski, militante da KRAS, secção russa da AIT**

(traduzido por José Guedes a partir da versão francesa disponível no site da CNT-AIT de Caen, França - <http://cnt.ait.caen.free.fr>)





A revolução que vem?*

Isto parece ser consensual: 2009 será um ano catastrófico. Neste fim de ano, todos nos dizem que, ou as coisas correrão mal, ou correrão muito mal... Os mesmos que, à esquerda, seguros das suas réstias de análise marxista, nos anunciavam que a crise financeira era uma crise como outra qualquer ou que, à direita, com o maior descaramento, nos garantiam que ela não nos alcançaria, mudaram brutalmente de opinião. Daqui em diante, somos levados a pensar que vivemos num mundo quase pré-apocalítico. Em que acreditar?

Crer ou não, eis a questão

Pela nossa parte, a desconfiança que temos face a estes profissionais da mentira, mesmo que os seus recentes comentários pareçam ir no

sentido do que aqui vimos escrevendo desde há alguns meses, leva-nos a descodificar o “porquê” desta súbita dramatização do discurso político. Os leitores de “Anarchosindicalisme!”, que se recordam das nossas análises precedentes sobre o período, sabem que nós pensamos que, efectivamente, os tempos mudaram¹.

No coração de um sistema que tinha decretado no início dos anos 90, pela voz dos “intelectuais” a seu soldo, “o fim da história”, as revoltas sucedem-se desde 2001 por todo o mundo. Estas não cessam de nos demonstrar as surpreendentes fragilidades do sistema. Não obstante, importa precisar que, da Argentina de 2001 à Grécia sete anos mais tarde, estas revoltas não conduziram a mais do que, na melhor das hipóteses, recuos tácticos do poder, jamais a uma derrota deste último.

Outro signo da mudança: nas empresas como nos bairros, notamos que é cada vez mais fácil ajudar à emergência de discussões colectivas, nas quais se manifesta um estado de espírito bem diferente. O contexto socio-económico fez com que, o que era em 2007 dificilmente perceptível (e que tínhamos então descrito como uma perda de adesão ao sistema) seja agora bem mais presente: uma perda de confiança massiva nos aparentes benefícios do capitalismo e do Estado, aparecendo o primeiro claramente como uma associação de malfeitores e o segundo como uma equipa de mentirosos ao seu serviço. Esta perda de confiança, que se generaliza com grande rapidez, é uma característica forte da crise actual.



Crise do crédito & crise do credo

Por um fenómeno de interacção entre os acontecimentos e as suas consequências, a crise do crédito tornou-se numa crise do credo capitalista e estatista. Com efeito, a conservação ou a destruição deste credo é a verdadeira parada do combate que se vai desenrolar nos próximos meses. O poder compreendeu-o, daí a sua nova estratégia.

O poder sabe-o tão bem como nós: os elementos materiais objectivos de uma situação social e económica, mesmo os piores, não são suficientes para desencadear um movimento radical, longe disso. De outra forma já há muito

tempo que as populações dos “países pobres” se teriam emancipado do jugo a que estão submetidas.

À excepção dos psicopatas e dos imbecis (excepção tanto mais notável quanto frequente), os homens de poder aderem ao que já dizia Cícero, que “A espada deve ceder perante a toga”. Se bem que sempre recorreram à espada para se imporem, é pelo discurso ideológico que se mantêm; mesmo que recorram à suprema habilidade de se afirmarem fora de qualquer ideologia, argumentando que as contingências materiais são a base das suas decisões. É por isto que o elemento fundamental de qualquer perspectiva revolucionária – para lá da simples revolta – é a ideologia. Hoje, mais do que nunca, os anarco-sindicalistas devem dar prioridade a este combate ideológico.

Pela sua reviravolta brutal de discurso, fluando, tão unanime como brutalmente, da tranquilização ao catastrofismo, o poder mostranos tão simplesmente que elaborou uma nova estratégia para salvaguardar aquilo que é para ele essencial: o seu crédito moral junto das populações. Se procura propagar o medo, é apenas para melhor o restaurar.

Gestão da catástrofe

Entramos então aqui num terreno que, por recente que seja, não nos é desconhecido. Por meio de um mecanismo de reviravolta, o Estado tenta aparecer como o garante da nossa segurança económica, social e pessoal, quando, na verdade, é o seu grande coveiro.

Já tínhamos abordado este procedimento a propósito da catástrofe tecnológica que devastou Toulouse em Setembro de 2001 (explosão da fábrica AZF-Total) assim como da que teve lugar em 2005 no Louisiana [Furacão Katrina]: “... a debilidade dos discursos da esquerda e da extrema-esquerda”, escrevíamos, consiste “em exigir mais meios para o Estado, de forma a que este assuma a protecção dos habitantes. Não só estes meios são correlativos ao crescimento do capitalismo e, conseqüentemente, justificam o seu desenvolvimento (e com esse desenvolvimento, aumenta o risco tecnológico industrial) como, além do mais, são confiados a burocracias que invariavelmente os utilizam para aumentar o seu poder de repressão, que as

vítimas de catástrofes são as primeiras a suportar. Desde então, o Risco plana pesadamente sobre as nossas cabeças; os nossos aprendizes de feiticeiro, incapazes de prever onde e quando o céu tombará, estão reduzidos a uma prevenção às cegas. Esta ausência de política de antecipação é acompanhada, pelo contrário, dum estratégia de comunicação reforçada e dum retorno massivo das forças de repressão sobre o terreno logo que o primeiro perigo passa. A proclamação *urbi et orbi* da presença multiforme dos riscos pretende afundar as populações na angústia e na resignação, tanto como a sobre-presença policial procura quebrar as veleidades de rebelião. O nosso futuro não nos pertencerá, da mesma forma que o nosso presente, o nosso futuro conjugar-se-á inevitavelmente com um apocalipse episódico: eis aquilo de que os nossos excelentes amos nos querem convencer. Ainda estamos a tempo de recusar o futuro que estes aprendizes de feiticeiro nos vaticinaram, de escolher outro caminho, de ousar outro futuro.”²

Numa obra recente³, René Riesel e Jaime Semprun, muito a propósito, aprofundaram este tema demonstrando como, a partir do desastre ecológico, o poder que fomentou este mesmo desastre acabou no fim, graças aos reformistas, por reforçar os seus mecanismos de dominação e criar novas fontes de lucros. Citemo-los:

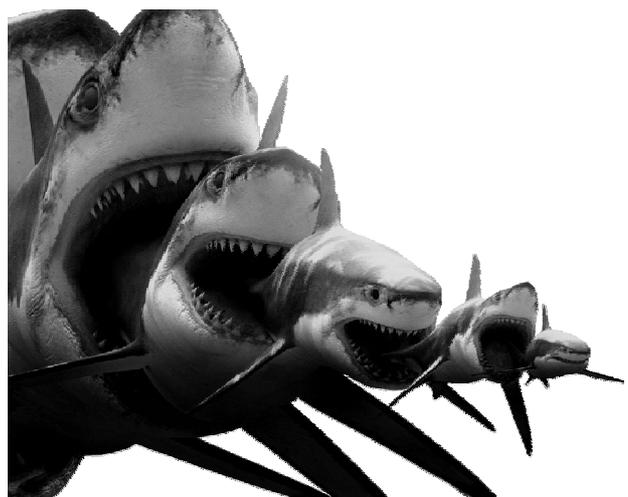
“Um acordo quase universal instaurou-se em alguns anos, entre os defensores da ‘nossa civilização’, sobre a necessidade de uma governação reforçada face à crise ecológica total, e temos de concluir que está em vias de se fechar o parêntesis “neoliberal”, durante o qual o capitalismo tinha restaurado a rentabilidade dos seus investimentos industriais diminuindo drasticamente não só os seus custos salariais mas também as suas despesas imprevistas com o Estado. Por vezes, quis-se encontrar uma data precisa para esta mudança de tendência, fazendo-a remontar ao ano de 2005, (...) Mas, na realidade, a colaboração aberta entre associações ecológicas, ONGs, empresas e administrações remonta em certos sectores aos anos noventa.”

A “moral” em socorro dos criminosos

A pretensão de “salvar o planeta” é a chave do discurso da recente viragem ecológica, dela resulta a extensão dos poderes regulamentadores

do Estado e o nascimento do “capitalismo verde”. Por outras palavras, são os culpados dos crimes contra a natureza que são agora chamados a pretensamente defendê-la, ao mesmo tempo que continuam a reprimir e a explorar as populações... O resultado real é que, a cada ano, o balanço ecológico mundial é mais mortífero que o precedente. Na crise económica actual, o discurso central consiste em “moralizar” o capitalismo, ou seja, dar novo alento a um Estado protector e a um capitalismo “sério”. A primeira “limpeza” consiste em branquear os responsáveis dos crimes e delitos cometidos contra os seres humanos e a natureza.

Exigir ganhar mais 300 euros por mês, promover a figura mítica do empreendedor schumpeteriano ou então nacionalizar os bancos,... todos estes objectivos apresentados pelos reformistas e pelos esquerdistas, desenvolvem-se no quadro de um Estado que assim devolve a si próprio, a bom preço, uma imagem patriarcal necessária à conservação das suas prerrogativas. E que, sobretudo e antes de mais, garante a perenidade do sistema capitalista. Trata-se nem mais nem menos de favorecer o regresso em força do “credo” neste par infernal e criminoso, responsável pela situação actual: o capitalismo e o Estado. É o objectivo da estratégia do poder que, desde agora, se põe em funcionamento nas altas esferas, com a cumplicidade dos reformistas.



O procedimento é ainda assim um pouco grosseiro: num primeiro acto, agitam-nos em frente aos olhos uma série de gesticulações nas “cimeiras” (G8, G20 e outras). É necessário apenas fazer um pouco de espuma. Como os possidentes sabem que tal não será suficiente,



lançam o segundo acto: face ao aumento da contestação no mundo inteiro, mobilizam “sindicatos” aqui, movimentos religiosos ou nacionalistas noutros lugares. O objectivo é simples, dar às pessoas algumas ilusões, depois desapontá-las esperando que isso lhes retire toda a confiança em si mesmas. Os sindicatos gregos desempenharam este papel na perfeição. Os de França desempenhá-lo-ão igualmente bem: uma primeira jornada de desmoralização está já prevista pelas centrais sindicais para 29 de Janeiro de 2009 [artigo escrito em Dezembro de 2009 - N.T.]. Complemento indispensável ao pequeno ballet sindical: os *media*. Persistirão na sua estratégia inabalável: promover o insignificante a fim de distrair e ocultar o que está verdadeiramente em jogo⁴. O objectivo, para o poder, é convencer que ele é a única protecção possível e que as populações, por si próprias, não podem nada. Exactamente o contrário do que nós pensamos. Se conseguirem convencer, então a via ser-lhes-á aberta para uma “mudança na continuidade”, ou seja, para seguirem a mesma política destrutiva, em benefício dos mesmos de sempre, com uma coloração política aparentemente diferente.

Eis, em grandes linhas, o plano de batalha do poder para os meses vindouros. Eis aquilo a que é necessário opor-se. Eis o desafio formidável

que se coloca aos revolucionários num combate desigual mas do qual, no entanto, não conhecemos o fim, tanto as falhas deste plano de batalha são numerosas e o contexto instável.

Delenda capitalismo**

Podemos afirmá-lo, num período como o que vamos viver o papel de cada um será preponderante. Entramos numa época em que o poder vai mostrar sinais de fraqueza, sinais de recuo e contradições que serão, em parte, consequência da viragem ideológica que espera negociar. À medida que o descontentamento crescer, abrir-se-á um fosso entre a força da cólera popular e os subterfúgios do poder. Para os revolucionários será um espaço de acção, infinitamente rico em discussões, difusão de ideias e possibilidades. Em França, a partir do início de Janeiro, nas escolas, nas empresas, nos liceus, um pouco por todo o lado, as assembleias, os encontros, vão suceder-se. Os espíritos estão cada vez mais abertos, este é também um momento no qual o que se tem a dizer, o que se tem a propor, conta mais do que o número.

O capitalismo não se moraliza. Tal é contrário à sua natureza. O capitalismo é um

sistema de exploração que assenta, tal como o seu braço armado Estado, sobre um mito. Há que destruir este mito: é necessário denunciá-lo, enunciar sem descanso os seus crimes e malfetorias, pôr a nu a sua natureza profunda.

No meio da multidão de pormenores que vão surgir das reivindicações (na verdade, contradições inerentes a qualquer movimento popular), nós devemos, de novo e sempre, recolocar-nos sobre o contexto para contratar a estratégia do poder: por um lado, acusar e denunciar os responsáveis políticos e económicos pela situação, apoiar-se sobre os factos que, quotidianamente, nos demonstram à evidência que o poder perdeu toda a moderação. Numa palavra, impedi-lo de enganar mudando simplesmente de máscara. Por outro lado, há que voltar a situar cada luta no contexto do combate ideológico global que diz respeito a todo o planeta. Com tais perspectivas, sai-se do visco do quotidiano, vê-se que não se está isolado e insufla-se, em vez do medo, a coragem necessária para colocar em acção capacidades colectivas.

Militantes da CNT-F, secção francesa da AIT

* Artigo "La Révolution Qui Vient?", publicado no *Anarchosindicalisme!* de Janeiro-Fevereiro de 2009, Tradução de José Guedes.

** Significa *Há que destruir o capitalismo*. Os autores do artigo parafraseiam Catão, o Velho, que terminava sempre os seus discursos no Senado romano com a frase *Delenda est Carthago* (É preciso destruir Cartago), da qual derivou a locução latina *Delenda Carthago*. A cidade de Cartago acabou por ser tomada e arrasada pelo exército romano no ano de 146 a.C., o que marcou o fim das guerras púnicas. [N.T.]

¹ "Quelque chose est en train de changer" era precisamente o título da nossa capa na primavera de 2006, nº 95.

² *Anarchosindicalisme!* nº 92, Outono de 2005. Ler igualmente "La gestion de la crise comme normalité sociale".

³ "Catastrophisme, administration du désastre et soumission durable", René Riesel e Jaime Semprun, Editions de l'Encyclopédie des Nuisances, 2008.

⁴ Para um aprofundamento deste conceito: Cornelius Castoriadis, "La montée de l'insignifiance, Les carrefours du labyrinthe 4", Essais, Points.

⁵ As declarações recentes de Warren Buffet (segunda fortuna mundial depois de Bill Gates) na revista americana *Forbes* esclarecem-nos sobre esta aposta em torno do catastrofismo e dos novos hábitos do capitalismo: "Tudo corre muito bem para os ricos neste país, jamais fomos tão prósperos. É uma guerra de classes e é a minha classe que está em vias de ganhar".





Paris, 1968

Recordações de Abel Paz sobre os acontecimentos do Maio francês

Recolhidas por Robi Cima Ron*

Trinta e oito anos depois de ter vivido em Barcelona o processo revolucionário mais impressionante da história, de sofrer o exílio forçado após a derrota, de ter militado clandestinamente na Espanha franquista e de passar mais de dez anos atrás das grades, residia em Paris como um exilado mais, trabalhando numa tipografia, impregnando-me da cosmopolita cultura parisiense e frequentando os círculos anarquistas.

Com quarenta e oito anos trabalhava na tipografia Issy-les-Moulineaux, militava num pequeno grupo informal ligado à CNT e escrevia artigos na imprensa clandestina assinados com aquele que viria a ser o meu pseudónimo: Abel Paz¹.

Pouco antes do tumulto

*Quanto mais faço amor,
mais quero fazer a revolução.
Quanto mais faço a revolução,
mais quero fazer amor.²*

Nos dias que antecederam os acontecimentos de Maio, percorri as margens do rio Sena para

ver se algum livreiro queria comprar uma edição antiga do livro *A revolução desconhecida* de Volin, uma obra em que se denuncia o processo revolucionário bolchevique através de uma perspectiva anarquista. Nenhum livreiro o queria. Não me davam nada por ele. O Partido Comunista Francês (PCF) dominava o mundo editorial, os jornais e as rádios, e tudo o que tivesse a ver com o anarquismo praticamente não interessava. Decepcionado, regresssei à minha casa de Batignolles, pensando no título do *Le Monde* que tinha lido semanas antes: “A França aborrece-se”.

Nos dias seguintes, acompanhei os acontecimentos que se produziam na Universidade, onde o ambiente estava cada vez mais aceso, sobretudo a partir do julgamento de alguns estudantes do grupo de Nanterre, no qual se incluíam Cohn Bendit e outros anarquistas³.

Pouco antes do julgamento, aproximou-se Aragón, o poeta do PCF e as pessoas começaram a apupá-lo até que Cohn Bendit, que eu já conhecia de vista da Federação Anarquista Francesa, disse: “aqui pode falar toda a gente, mesmo sendo estalinista tem o direito a falar”. Mas Aragón encontrou um ambiente tão hostil que teve de se afastar.

A revolta em si começou por um motivo sexual. Todas as grandes rebeliões, a começar pela de Espártaco, tiveram motivações sexuais. Em Nanterre, as raparigas estavam separadas dos rapazes. Um dia, os rapazes entraram no departamento feminino e armou-se uma grande agitação, mas pouco depois já se banhavam todos juntos na piscina universitária⁴. Assim se começou a desenvolver o movimento de Maio, também devido à corrente de Estrasburgo⁵, à publicação de *A miséria no meio estudantil* dos situacionistas, etc. Também teve a sua influência a guerra pela independência da Argélia e o discurso de Krutchev condenando o Estalinismo, que levou muitos jovens a descobrirem que na URSS nem tudo era glorioso. Outro facto que influenciou nas minorias activas foi o desenvolvimento nos EUA dos comités de base do Vietname.

O Maio de 68 não foi algo que se pudesse prever, surpreendeu todos os grandes analistas, mas tampouco se pode afirmar que tivesse sido totalmente espontâneo. Nenhum movimento o é, tudo é uma aglomeração de gases. A revolução é como um vulcão que precisa de explodir devido à quantidade acumulada.



A noite dos transístores

A barricada bloqueia a rua mas abre o caminho

O ambiente continuou a aquecer até chegar a noite de 6 de Maio, dia em que se produziu a desocupação da Sorbonne, com confrontos entre estudantes e a polícia, e o Reitor decidiu encerrar a faculdade. Por volta da meia-noite, alguns grupos romperam o cerco policial, disseminaram-se pelo Bairro Latino e começaram a erguer barricadas. Eu ouvia o que ia acontecendo através da rádio na tipografia

Issy-les-Moulineaux. Quando terminou o meu turno, que nesse dia era das seis da tarde às duas da manhã, fui até ao Bairro Latino. Ali encontrei um companheiro argentino que me informou do que se passava. Fomos pela rua Monsieur le Prince, que circunda o dito bairro, com a intenção de nos misturarmos com os estudantes, mas encontrámos a rua cortada por uma enorme barricada e pela presença dos CRS (Corpos Republicanos de Segurança, polícia de choque). Assim, limitámo-nos a continuar a caminhar, escutando pela rádio as notícias e as entrevistas que faziam ao presidente da câmara.

As barricadas eram de pouca importância, quatro tijolos, quatro camionetas cruzadas, mas estabeleceu-se um combate que durou até às oito da manhã. Foram-se perdendo barricadas, intensificou-se o lançamento de bombas lacrimogéneas e de outras armas contra os manifestantes, o que provocou centenas de feridos, dos quais pelo menos um perdeu um olho.

Calcula-se que na dita manifestação tenham participado cerca de quarenta mil pessoas e que foram realizadas 422 detenções⁶. Os CRS, criados por Mitterrand quando era ministro do interior, prenderam raparigas, meteram-nas em quartéis, autênticos campos de concentração, e violaram muitas delas. De tudo isto não se falou, mas os que lá estávamos tivemos conhecimento. Devido a estes distúrbios e aos que se sucederam, que foram ainda mais fortes, teve lugar uma grande repressão que levou ao aparecimento de vários cadáveres no Sena⁷.

No dia seguinte, os estudantes convocaram uma conferência de imprensa na Faculdade de Ciências à qual acudiram alguns prémios Nobel e vários intelectuais de esquerda, como Marcuse. Nem De Gaulle nem Pompidou estavam no país naquela altura, pelo que o ministro do interior teve que assumir a situação. A conferência de imprensa acabou com o mote de realizar uma concentração na Praça da República. A noite transcorreu entre reuniões e discussões. Até ao momento, os sindicatos ainda não tinham dado qualquer sinal de vida, mas os estudantes, não como organização mas a título pessoal, começavam já a falar de greve geral.

Durante a semana sucedem-se as manifestações reclamando a libertação dos detidos, a reabertura das universidades encerradas e a retirada das forças de ordem pública do Bairro Latino. Continuam os distúrbios e intensifica-se a repressão⁸.

No domingo, os estudantes concentram-se no jardim do Luxemburgo e a polícia cerca-os. Num

momento Cohn Bendit declara: “isto não pode continuar nas condições em que está, o presidente da câmara quer que se desocupe o jardim, mas os estudantes não estão dispostos a isso. Se na segunda-feira a classe trabalhadora deste país não declarar a greve geral, isto significa que em França não há classe trabalhadora”.



Dormir na Sorbonne e sonhar com a revolução

Fala com o teu vizinho

Na segunda-feira, 13 de Maio, Paris paralisa-se. Na tipografia também fizemos greve. Às três da tarde cheguei à Praça da República, onde estava concentrada uma impressionante multidão, de quase um milhão de pessoas. Eram quatro da tarde quando a manifestação partiu e percorreu grande parte da cidade com gritos contra o poder. Era tudo muito caótico. Não havia ordem nem concerto. A ideia era dissolver a manifestação, mas esta não se dissolveu. Muitos de nós continuámos até Champs de Mars, íamos amontoados. Aos pés da Torre Eiffel decidimos ocupar a Sorbonne. No anfiteatro fizemos uma assembleia, muito caótica, na qual se nomeou o primeiro comité de ocupação formado por *Flink*, um poeta que escrevia canções para os cantores de intervenção, por Debord e por um outro.

Não cabíamos todos na Faculdade, pelo que só alguns de nós lá ficámos a dormir. Eu e os meus companheiros, entre os quais recordo Agustín García Calvo, dispusemo-nos para dormir nos bancos que rodeavam o pátio central. Comíamos algum pão, mas o que menos nos preocupava era comer e dormir. Queríamos viver intensamente todo aquele processo que era como uma bola de neve.

Cada organização montou a sua tenda nalgum dos gabinetes da Sorbonne. Os anarquistas de um lado, os estudantes de outro, mas todos misturados. Até os estalinistas tinham uma, mas as pessoas frequentavam aquelas de que mais gostavam.

No dia seguinte, só chegavam telegramas de apoio de centros universitários do mundo inteiro. Nomeou-se outro comité de ocupação. Mudava-se de comité todos os dias.

A luta propagou-se a Lille, Nantes e a toda a parte Norte de França; pouco depois a Toulouse, Lyon e Marselha, mas sem adquirir a mesma importância. A luta foi-se estendendo, os trabalhadores de algumas empresas declararam-se em greve. A primeira foi a da Sud-Aviation (Toulouse). As fábricas não se abandonavam, ocupavam-se. Formou-se um movimento de ocupação que só quem o viveu tem noção da envergadura que teve. Na rua, os desconhecidos falavam-se, olhavam-se, a imprensa quase não saía⁹.

O Partido Comunista Francês continuava sem desempenhar nenhum papel, para além do de fura-greves. O trotskismo e o seu líder da Liga Comunista tampouco desempenharam algum papel, só a gente que espontaneamente saiu à rua. O PCF queria dominar aquela rebeldia porque lhe fugia das mãos¹⁰. Quiseram logo tirar proveito e aproveitaram para pedir um subsídio. Obtiveram dinheiro sob a condição de parar o movimento, mas o movimento não parava, aquilo parecia imparável. Era a revolução da palavra¹¹. Foi uma revolta popular que eliminou todas as barreiras, não havia desconhecidos, todos eram conhecidos, confraternizava-se com as mulheres, confraternizavam os filhos, tudo misturado. Andavas pela rua e perguntavam-te o que se passava ali e acolá, ou avisavam-te, “não vás por aí que estão ali os CRS”¹².



Fábricas ocupadas

*Sou um marxista
da facção Groucho.*

O movimento operário francês era composto pelos resíduos de 1936, encabeçado pela CGT; continuavam com o antifascismo, a Frente Popular e tudo isso. Eram operários de cinquenta ou sessenta anos. Mas os acontecimentos de Maio romperam com isso e os jovens entraram em massa nas assembleias.

Na fábrica onde eu trabalhava havia mais de cinco mil trabalhadores e estava dominada pelo PCF, mas ao terceiro dia de ocupação dizem-me: “olha, nomearam-te para o comité de greve”, e logo eu que toda a gente sabia que era anarquista!

Na Indústria de Artes Gráficas, uma vez superada a influência comunista e abertas as portas aos estudantes que vinham com os seus textos, começámos a encarregar-nos da publicação dos jornais e manifestos. Nos centros onde continuava a dominar a CGT fechavam-lhes a porta e chamavam-lhes “meninos do papá”. Mas na minha empresa os operários e as operárias contactavam e confiavam nos estudantes.

O ambiente na fábrica era extraordinário, ficávamos a dormir ali, preparávamos comida e distribuía-mo-la. Fodia-se mais do que o habitual. Houve uma abertura nos casais, uma ruptura, até com o tema da homossexualidade. Essa convivência durou a primeira semana, foi muito instrutiva, e pode dizer-se que, apesar desse ambiente de abertura ter durado apenas uns seis meses, teve uma influência definitiva sobre a população.

Tudo aquilo me recordava o que havia vivido em 1936 na Catalunha, quicá me iludi mais do que os outros. Mesmo com a consciência de que aquilo tinha uma envergadura muito menor, voltei a vivê-lo como uma festa revolucionária. Dançava-se música da revolução francesa ou *La Carmagnole*. Não recordo que houvesse muitos cantores nas ocupações, discutia-se sobre o que estava a acontecer.

Na Sorbonne, todos os dias se fazia uma assembleia para nomear o novo comité. Numa daquelas reuniões apareceu Sartre e não o deixaram falar por ser estalinista. Queria botar faladura, mas não o deixaram. Apuparam-no imenso até praticamente o expulsarem. Os partidos tratavam de tentar dominar a situação, constituindo organismos tutelares do movimento para manipulá-lo, mas não o conseguiam fazer.

Nas Belas Artes criou-se a oficina de cartazes, e iam de diferentes bairros buscá-los. Também se ocupou o teatro Odeón, que se converteu numa espécie de parlamento público, uma assembleia popular, cada um ia ali e contava a sua história; a criada portuguesa contava a sua situação, escutava-se e logo se aplaudia. Também é verdade que era uma espécie de muro das lamentações. No entanto, passámos diante da Assembleia Nacional, que estava cercada pelos CRS e onde estavam entrincheirados os deputados pensando que a íamos assaltar, e caminhámos como se não se passasse nada. As pessoas não lutavam pelo poder, era antes aquilo da “imaginação ao poder”. Havia uma recusa total da política parlamentária, havia uma crítica à política, a tudo.



Parar o movimento seja como for

*O agressor não é a pessoa que se revolta
mas
a que se conforma*

No dia 24 de Maio reunimo-nos umas duas ou três mil pessoas na Praça Clichy de Paris para nos manifestarmos. Estávamos assustados, não entendíamos porque razão as pessoas não acudiam à convocatória. A CGT tinha convocado outra manifestação e muitos equivocaram-se e acudiram a essa em vez da nossa. A CGT manobrou dessa forma para sabotar a convocatória estudantil. Conseguiram-no num primeiro momento, mas pouco a pouco os manifestantes desertaram e engrossaram as nossas fileiras. Partimos da praça uns três mil e chegámos ao destino cerca de duzentos mil. Perante este feito, De Gaulle mostrou a sua preocupação¹³. O presidente pensou em usar o exército para dissolver os estudantes e obrigar

toda a gente a trabalhar, mas alguém o deve ter aconselhado: “se fazes isso haverá uma revolução e será um desastre”. “O melhor será tentar manipulá-los de alguma maneira”, pensaram os assessores presidenciais¹⁴.

Encerraram as universidades, não houve avaliações de fim de curso, de Maio a Setembro não houve nada, deram por finalizadas as aulas. Logo se criou a faculdade de Vincennes, onde se pôs todo o professorado mais rebelde e fizeram ali o que lhes deu na gana, outorgou-se a licenciatura de História a uma égua; mas houve coisas mais interessantes, como a supressão dos exames. Após várias semanas, com as empresas e centros de estudo ocupados, pouco a pouco, voltou-se à triste normalidade.

Na minha fábrica os patrões não tomaram nenhum tipo de represálias, mas tardaram cinco ou seis meses em regressar. Os quadros médios encarregaram-se de reorganizar a coisa.

O PCF conseguiu dinheiro para os trabalhadores nos convénios e isso sem que a classe trabalhadora pedisse nada, não apresentou nenhuma reivindicação concreta, a sua reivindicação era total: a revolução e acabou-se a história.

Alguém teve a grande ideia de abrir os postos de gasolina e as pessoas começaram a encher os carros de combustível e aí começou o desconcerto, os mais velhos começaram a partir de férias com as suas famílias. Tudo manejado pelo PCF e por toda a direita francesa¹⁵.

Depois dos acontecimentos de Maio, os sindicatos desmoronaram-se, a influência do PCF caiu a pique, tal como a de todos os partidos políticos.

Deve ficar claro que os comunistas não tiveram nada que ver com os acontecimentos de Maio, pelo contrário, actuaram como bombeiros para apagar a rebelião, como sempre fazem. Para eles, qualquer movimento que escape ao seu controlo é um movimento contra-revolucionário. A Federação Anarquista Francesa também não teve influência, nem os situacionistas, nem os maoistas. A influência teve-a o povo e a juventude. Os estudantes estavam pelos cabelos de viverem como viviam. Os exilados da CNT tomaram parte nisso tudo, mas não participávamos como CNT, não havia separações, havia um desejo generalizado de avançar, ninguém levava bandeiras. Não se dava demasiada importância aos famosos, aos líderes (Sauvageot, Geismar, Marcuse...)¹⁶. São os historiadores que, ao escreverem a história, a falsificam sempre, e o grande exemplo disso é a forma como se tratou a revolução e a contra-

revolução em Espanha. Eu seguramente escrevi algo sobre isso, mas não sei onde está. A maioria dos cronistas que dizem ter estado em Paris viveu aquilo a partir das varandas dos hotéis.

Após os eventos de Maio, *A revolução desconhecida* de Volin era um livro que se procurava como se fosse pão. Fizeram-se quatro edições.



Os subúrbios: 1968 e 2005

A política está na rua

Durante o mês de Maio frequentei o Saint Charles, o liceu ocupado do meu bairro, Batignolles, na periferia de Paris. Por isso, tive muito contacto com os protagonistas mais jovens, de quinze e dezasseis anos. Não obstante, devo dizer que apesar de muito juvenil era um ambiente muito reflexivo. Tanto pelo que ali vi como na Sorbonne, posso assegurar que não era um bando de loucos, era gente que reflectia sobre o que fazia, que amadurecia rapidamente. Além do mais, não havia separações de idade. Os jovens, quando nos viam aparecer, a nós, mais velhos, punham-se contentes porque pensavam “Os velhos estão connosco”, e nós estávamos muito à vontade com eles.

Em todos os bairros criaram-se comités de ocupação. Naquele que eu frequentava a ocupação durou meses. O período mais forte foi em Maio, mas a ocupação durou mais.

Batignolles é muito perto de Clichy-la-garenne, onde se iniciaram os distúrbios de 2005. Sobre esta revolta não tenho documentação suficiente. Vejo-a de uma forma diferente, é de colonizados contra colonizadores, tem a sua importância, ainda que não como a de 68.

Queimar simplesmente a decoração do que não queremos ver nunca mais, a da miséria que nos oprime, a da cidade de betão que encerra, que asfixia.

Queimar os meios de transporte que humilham todos os dias a impossibilidade de sair deste cinzento.

Queimar as escolas da “República” que são os primeiros lugares de exclusão, de selecção, de classificação, de aprendizagem da obediência condicional.

Queimar as câmaras municipais que gerem a miséria, as esquadras, sinónimo de humilhação, prepotência e espancamentos.

Queimar o Estado que gere estas prisões a céu aberto.

Queimar os locais dos partidos políticos. Queimar os políticos depreciativos. Queimar a elite.

Queimar os depósitos de mercadorias, os concessionários de automóveis, os bancos, os videoclubes, os supermercados, os centros comerciais, os canais de televisão.

Queimar e não roubar, só para transformar em fumo esta mercadoria pela qual devemos rebentar a trabalhar e que devemos “normalmente” ambicionar, consumir, acumular.

Queimar porque pareceria que é a única forma de fazer-se ouvir, de não ser invisível.

Queimar com o espírito evidente de fazer mudar as coisas¹⁷

* Traduzido do castelhano por José Guedes, a partir do livro *Momentos Insurreccionales. Revueltas, algaradas y procesos revolucionarios*, compilação de textos de autores vários, editada em Espanha pela editora El Viejo Topo em 2006.

Notas:

(1) Ver nota biográfica de Abel Paz na página 25.

(2) Todas as frases em itálico que antecedem os capítulos do texto são slogans escritos nas paredes das faculdades e das ruas parisienses durante a primavera de 1968.

(3) “As tentativas de reformar a universidade em 1967 frustraram ainda mais os estudantes, levando os poucos activistas que tinham ideias políticas a formar um grupo chamado *enragés*, nome que tinha a sua origem na Revolução Francesa e que literalmente significa “raivosos”. Eram somente uns vinte e cinco, mas interrompiam conferências em nome de Che Guevara e provocaram numerosas alterações. Tal como Tom Hayden, acreditavam que os problemas da universidade não se podiam resolver reformando o sistema educativo, mas sim mudando por completo a sociedade [...]. A 22 de Março de 1968, já com uns quinhentos militantes, os *enragés* imitaram os estudantes norte-americanos e ocuparam durante toda a noite a sala reservada ao

pessoal docente no oitavo piso da faculdade em nome da liberdade de expressão. O Movimento do 22 de Março tinha nascido.” Páginas 289 e 290 do livro de Mark Kurlansky, 1968: *el año que conmocionó al mundo*, Editorial Destino, Barcelona, 2004.

(4) “Os estudantes de Nanterre não tinham cafés nem lugares de diversão. O seu único espaço era um quarto de residência onde não lhes era permitido mudar o mobiliário, cozinhar nem falar de política, nem o acesso a quem não fosse estudante. As raparigas só podiam entrar nos quartos dos rapazes com uma autorização dos pais ou se tivessem mais de vinte e um anos. Aos rapazes era proibida a entrada no dormitório das raparigas em qualquer ocasião”. *Ob. cit.*, p. 289.

(5) “Em 1966, os estudantes da Universidade de Estrasburgo publicaram um documento, *Da miséria no meio estudantil*, que começava assim: “O estudante é a criatura universalmente mais desapreciada de França, para além do sacerdote e do polícia [...]. O objectivo do ‘sistema educativo’ é um especialista produzido mecanicamente. Um sistema económico moderno requer a produção em massa de estudantes sem educação alguma e despojados da capacidade de pensar”. *Ob. cit.*, p. 285.

(6) “Uns mil estudantes acudiram à comparência de Cohn-Bendit perante o comité disciplinar da Sorbonne. Igualando-os quase em número, encontrava-se um contingente dos CRS, com os seus capacetes e óculos escuros. [...] O governo, repetindo os mesmos erros, proibiu as manifestações durante o dia, o que provocou muitas mais. Os estudantes irromperam no Bairro Latino. [...] Um grupo dos CRS carregou contra eles brandindo os seus bastões. Os manifestantes retrocederam em silêncio. Entre eles e os CRS ficou uma franja de terra de ninguém, onde os corpos feridos de vinte e cinco manifestantes se retorciam sobre o pavimento. Por um momento pareceu que ninguém sabia exactamente o que fazer. De repente, dominados pela indignação, os manifestantes atacaram os CRS, formando filas para passar as pedras da calçada que arrancavam aos da primeira fila, que entre as nuvens de gás lacrimogéneo as lançavam contra os CRS. [...] O confronto atraiu milhares de manifestantes, e no fim do dia o governo contabilizou 600 manifestantes e 345 polícias feridos”. *Ob. cit.*, p. 294 e 295.

(7) “Durante as semanas de violência urbana em França só morreram três pessoas. Dois faleceram nessa noite [24 de Maio], um entre as centenas de feridos de Paris e um comissário em Lyon. Mais tarde, um manifestante perseguido pela polícia saltou para o Sena e afogou-se. *Ob. cit.*, p. 303.

(8) “O *Le Monde* publicou o relato de um manifestante do 12 de Maio no Bairro Latino: ‘Alinharam-nos contra a parede, com as mãos sobre a cabeça. Começaram a golpear-nos. Um a um, fomos caindo, mas continuavam a espancar-nos brutalmente. Finalmente fizeram-nos ficar em pé. Muitos de nós estávamos cobertos de sangue’. No entanto, e ao contrário das manifestações argelinas do início da década, o governo estava decidido a não abrir fogo contra aqueles rapazes de classe média; de maneira que, milagrosamente, não houve mortes após noites e noites de graves confrontos”. *Ob. cit.*, p. 296

(9) “Apesar de a televisão estatal cobrir os acontecimentos, houve omissões flagrantes, notícias essenciais que não apareceram na televisão. Os jornalistas começaram a cansar-se de lhes cancelarem os programas e deixaram levar-se finalmente pelo espírito daquele momento: a 16 de Maio, os repórteres, operadores de câmara e realizadores de televisão declararam-se em greve”. *Ob. cit.*, p. 300.

(10) “Os militantes do Partido Comunista francês estavam contra todos eles desde o início. ‘Havia que desmascarar todos esses falsos revolucionários’, declarou o líder do partido Georges Marchais”. *Ob. cit.*, p. 292.

(11) “Eleanor Bakhtadze, estudante de Nanterre em 1968, anotou: ‘A Paris de então era maravilhosa. Toda a gente falava. Se se perguntar a qualquer parisiense o que recorda dos acontecimentos da primavera de 1968, este responderá: a gente falava. Falava-se nas barricadas, no metro; quando se ocupou o teatro Odeón, este converteu-se na sede de um bacanal da verborreia durante vinte e quatro horas. Alguém se punha de pé e começava a falar da verdadeira natureza da revolução, ou dos méritos do bakuninismo, e de como o anarquismo se podia aplicar ao Che Guevara. Outros por sua vez refutavam por completo semelhante tese. Nas ruas, os estudantes falavam com os professores e catedráticos pela primeira vez. Operários e estudantes conversavam entre si. Pela primeira vez nessa sociedade rígida e formal toda a gente falava com toda a gente”. *Ob. cit.*, p. 297.

(12) “Ao iniciar-se uma nova semana houve mais manifestações com os seus integrantes levando a bandeira vermelha do comunismo e a negra anarquista. Erigiram-se sessenta barricadas. Os vizinhos do bairro que observavam das suas janelas esses jovens franceses a fazer recuar um exército de polícias chegavam-se aos parapeitos para distribuir comida, mantas e outras provisões”. *Ob. cit.*, p. 295.

(13) “ Enquanto falava, voltaram a desencadear-se distúrbios em Paris e começaram também noutras cidades importantes de França. Em Paris, os manifestantes do Bairro Latino cruzaram o Sena e tentaram queimar a Bolsa”. *Ob. cit.*, p. 303.

(14) “Os gaullistas organizaram uma manifestação nos Campos Elísios como demonstração de apoio. A cidadania respondeu a essa reconstrução através de umas novas eleições, ao De Gaulle que uma vez mais salvaria a França do desastre. Segundo estimado, um

milhão de pessoas secundaram a marcha de apoio ao chamamento de De Gaulle para pôr fim ao caos. Os manifestantes cantaram o hino nacional e entoaram slogans, entre os quais o de ‘Mandem Cohn-Bendit para Dachau’ [...]. O governo francês decidiu deportar Cohn-Bendit, por ter nacionalidade alemã. Grimaud, o chefe da polícia, não estava a favor de dar esse passo porque reconhecia que Cohn-Bendit era uma força estabilizadora entre os estudantes [...] Cohn-Bendit pensou que poderia regressar a França ao fim de umas semanas, mas passaram dez anos até que lhe fosse permitido regressar. Face à expulsão de Cohn-Bendit, o slogan do movimento estudantil transformou-se instantaneamente em ‘todos somos judeus alemães’ e até os estudantes muçulmanos o fizeram seu”. *Ob. cit.*, p. 302, 304 e 308.

(15) “O governo finalmente fez uma oferta que satisfazia as exigências dos trabalhadores, incluindo a de um aumento salarial de 35% em duas fases. Os sindicatos e os trabalhadores aceitaram-na encantados. Somente um punhado de jovens operários foi remidente em abandonar os estudantes [...]. Sabia que os comunistas aceitariam umas eleições. Um referendo não. O referendo foi um pequeno erro tático. Ninguém o desejava. Mas quando propôs eleições acabou-se tudo [...]. Um dos cartazes das Belas Artes mostrava uma pedra de calçada, com a legenda ‘Menor de vinte e um anos, aqui tens o teu voto’. Mas isso já não voltaria a ocorrer [...] como na revolução de 1848 e de novo na Comuna de 1871 [...] Em Agosto, De Gaulle ordenou que fossem alcatroadas as ruas de calçada do Bairro Latino”. *Ob. cit.*, pp. 304, 306 e 307.

(16) “Desprezo pelos forasteiros de 68, por aqueles que, depois de terem agido como se contestassem a universidade, se converteram em seus professores, por aqueles que já então eram uns charlatães e agora se encontram entre os traficantes de soníferos espectaculares, por todas essas vedetas à la Cohn-Bendit que não param de rentabilizar a imagem que lhes foi fabricada pelo *Paris-Match*. Este desprezo, partilhamo-lo completamente, uma vez que já desprezávamos esta gente no início da sua carreira, em 68. Mas o espectáculo gostaria que toda a subversão real deste momento fosse deitada fora juntamente com a água suja da sua recuperação”. *Encyclopédie de Nuisances*, nº 10, Fevereiro de 1987.

(17) Panfleto encontrado na rua, durante os distúrbios dos subúrbios parisienses de Novembro de 2005.





Quando a polícia escreve nos jornais...

A estratégia policial contra os movimentos e revoltas sociais

No dia 16 de Janeiro, um artigo do *Diário de Notícias* alertou-nos definitivamente para a estratégia policial adoptada para tratar movimentos sociais ou acontecimentos que possam potenciar rupturas da *paz social*. A capa deste jornal lançava o alarme com a manchete “*Movimentos radicais nos bairros de risco preocupam polícias*”. No seu interior a parangona repetia-se: “*Extrema esquerda ameaça bairros de risco*”.

Mesmo sem entrar no corpo deste artigo, ficámos logo a saber que “*SIS, Polícia Judiciária e PSP estão a investigar acções de grupos de esquerda radicais em bairros problemáticos de Loures e da Amadora. As organizações, ligadas a movimentos anarquistas internacionais, têm contactado associações locais, bem como amigos e familiares de vítimas de agressões policiais*” e que “*As forças de segurança sabem que estes grupos “estão em crescendo” e que estes bairros são terreno fértil. Como tem acontecido noutros países europeus, como a Grécia ou a França.*”

Estas breves linhas contêm todo um **programa de acção policial** que é necessário enunciar.

De Atenas à Amadora: polícia com licença para matar, jornais com mandato para mentir

Estas notícias surgem pouco mais de um mês depois da eclosão da revolta popular na Grécia, que teve lugar precisamente após o assassinato pela polícia de um jovem de 15 anos, Alexis Grigoroupoulos. As comparações entre a realidade social e económica grega e a de outros países europeus, ao longo do mês de Dezembro, foram constantes entre comentadores políticos, policiais ou críticos. Por toda a Europa, as autoridades puseram-se em guarda ante as possibilidades de “contágio” da revolta grega. Em Portugal, sob os auspícios da Europol e fazendo uso do recém-criado Sistema de Segurança Interna (que, sob a direcção do “superpolícia” Mário Mendes, tem por objectivo coordenar as acções das várias polícias face à “criminalidade violenta” e ao “terrorismo”), o Ministério da Administração Interna e as várias forças policiais colocaram-se de sobreaviso.

Certamente, o *caso grego* foi, e continua a ser, pensado e repensado em encontros de polícias, conferências universitárias ou artigos de revistas de segurança pública. Reconhece-se que vivemos um momento em que, como bem apontam os companheiros da CNT-AIT francesa num outro

artigo publicado nesta revista, se verifica “uma perda de confiança massiva nos aparentes benefícios do capitalismo e do Estado”, e em que um simples acontecimento (e no caso grego foi a morte de um rapaz às mãos da polícia) pode constituir uma **ruptura** – a centelha que incendeie o rasilho.

Consequentemente, adquiriu uma importância primordial a estratégia das autoridades perante qualquer acontecimento que possa possibilitar essa ruptura. Trata-se de desvalorizar e enovalhar aos olhos da opinião pública – consenso formado a partir do discurso único projectado nos órgãos de comunicação social – qualquer acto de sedição e de isolar e reprimir atempadamente os potenciais “elementos catalizadores”¹ da revolta popular.

Face à crise social que se vive também em Portugal, de que a chamada “criminalidade violenta” é igualmente um sintoma, foi dada à polícia cobertura oficial para agir com robustez, impune e indiscriminadamente. Vêm-se sucedendo as operações policiais espetaculares em meios sociais pobres e degradados. Aumentou a violência e a impunidade da polícia. Consequentemente, no dia 6 de Janeiro um jovem de 14 anos foi assassinado na Amadora, na sequência de uma perseguição policial. Segundo a versão da PSP, um polícia matou Kuku em legítima defesa, logo se veria que Kuku foi executado à queima-roupa.

A notícia do *DN* de 16 de Janeiro surge precisamente no dia em que, num outro jornal (*Correio da Manhã*), se revela que Kuku foi alvejado a 10 cm da cabeça, ou seja, foi executado à queima-roupa. Parte do objectivo da polícia foi claramente abafar o impacto desta revelação com o de um anúncio espectacular: o da existência de *infiltrações* de elementos *anarquistas, radicais* e de *extrema-esquerda* nos bairros sociais para *fomentar a revolta e a violência*.

A polícia tenta virar o tabuleiro, colocando-se ao ataque. Subitamente, já não são os seus agentes que são violentos, colocando os bairros em estado de sítio e assassinando menores à queima-roupa. São os *elementos extremistas* que se querem aproveitar destes acontecimentos para *fomentar a violência*. Também, não são as condições vividas nos bairros sociais que geram violência e sentimentos de revolta, são *extremistas enquadrados internacionalmente* que põem essas coisas nas cabeças das pessoas...

Do 25 de Abril ao 1º de Maio: combater palavras de ordem com manchetes

No dia 25 de Abril a polícia voltou à carga. Face à convocatória de uma manifestação antiautoritária e anticapitalista para o Primeiro de Maio em Lisboa, as autoridades voltam a orquestrar uma campanha de desinformação e exposição pública de blogues, grupos e pessoas possivelmente ligadas a movimentos de protesto. O *Diário de Notícias* foi mais uma vez o veículo para estas diatribes policiais e Valentina Marcelino a escriba de serviço. Com o título “*PSP e SIS em alerta contra radicais*”, este novo artigo, para além de reiterar na totalidade a versão policial sobre os acontecimentos da manifestação antiautoritária contra o fascismo e o capitalismo de 25 de Abril de 2007, então brutal e desproporcionalmente atacada pelo Corpo de Intervenção da PSP, alerta também para a possibilidade de grupos em vários pontos do país poderem sair à rua para “*actuar nas celebrações do 25 de Abril*”, seguindo “*técnicas e táticas*” dos “*manuals de acção directa, usados por grupos mais violentos noutros países*”. Aliás, somos também *informados* de que as “*congêneres*” estrangeiras “*têm apoiado as associações portuguesas, quer financeiramente, quer na organização de acções*”, o que se compreende uma vez que o *bom povo português* não adere a *extremismos* senão quando instigado por obscuras forças estrangeiras... já dizia Salazar.

O artigo chega a socorrer-se do último relatório da Europol para afirmar que “*os movimentos anarquistas e de esquerda radical são uma das formas de “terrorismo” que ameaçam a Europa*”. Há que prevenir a popularidade que estas correntes podem ganhar em tempos de crise. O emprego do qualificativo “terrorista” contra os adversários do Estado tem já uma longa história, mas continua a ser eficaz: ninguém simpatiza com aqueles que querem espalhar o terror.

Já no dia 26 de Abril, é apresentado um apanhado das operações policiais de prevenção realizadas no dia anterior, referindo-se que “*todas as forças de segurança estiveram em alerta, incluindo as “secretas” (...) para controlar os movimentos destes grupos*”, tendo sido “*detectadas reuniões de vários grupos em zonas de Lisboa, junto do Parque das Nações, e na Margem Sul, em Cacilhas*”. Prossegue-se com a narração de uma “operação stop” montada pela

GNR em Aljustrel “para controlar as entradas da cidade”. Perguntamo-nos se a própria polícia se levará a sério.

Na quarta-feira seguinte, dia 28 de Abril, o alvo é abertamente a manifestação convocada para o Primeiro de Maio. Somos *informados* de que o “*Controlo de grupos radicais já está nas mãos do ‘superpolícia’*”. Não, não é um herói de banda desenhada. Trata-se do juiz-conselheiro Mário Mendes, o já referido secretário-geral da Segurança Interna, que garante, para sossego de todos os honestos e pacíficos cidadãos, que “*estão a ser desenvolvidos os necessários procedimentos e planeamentos – informações, prevenção e reacção – pelas Forças e Serviços que integram o Sistema de Segurança Interna*”. Reitera-se que “*ficou provada a elevada organização e apoio do estrangeiro*”.

Isolar e denegrir os dissidentes, criar uma lenda negra em seu torno de forma a **afastar** os potenciais simpatizantes e curiosos, eis o que se pretende com estes artigos. E também **intimidar**, expondo a capacidade repressiva do Estado, mesmo que este demonstre não saber realmente o que reprimir. Pouco interessa. Mais do que realmente **vigiar** e **controlar** os dissidentes, pretende-se que os dissidentes se pensem vigiados e controlados.

Interessante também é o artigo de Licínio Lima – “*Net e SMS são a nova arma dos anarcas*” – que complementa o da sua comadre Valentina no mesmo diário. Ficamos então a saber, que ao contrário das pessoas normais, que não utilizam nenhuma destas modernices, os anarquistas – ou melhor, os “anarcas” – dispõem de um vasto arsenal de novas tecnologias que os tornam quase imbatíveis. São elas: os SMS via telemóvel e as redes sociais via Internet. E continua, afirmando que “*os movimentos podem trocar milhares de mensagens ou de imagens em poucos minutos, gerando nexos organizacionais que escapam ao controlo das autoridades*”, um “*alerta (...) lançado pelo professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova, Armando Marques Guedes*” num seminário cujo título, só por si, faz tudo o que aqui foi escrito ganhar sentido: “*Comunicação Social em Contexto de Risco Público*”. O dito seminário, organizado em parceria por instituições tão idóneas como o Governo Civil de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da PSP, até contou com a presença do ministro Rui Pereira. E chegou a mais uma brilhante e assustadora conclusão: os novos desafios acima

enunciados “*impelem a que, em situações de risco a Comunicação Social seja vista ‘como parceira’*” da polícia, sendo que “*dar a conhecer os factos não pode implicar uma maior conflitualidade*”.

Não tardaria a que os ensinamentos deste seminário voltassem a ter oportunidade para serem postos em prática.

Bela Vista: reforçar a autoridade do Estado contra os excluídos

No dia 7 de Maio, após o funeral de um jovem do Bairro da Bela Vista, em Setúbal, morto pela GNR após um assalto no Algarve, duas centenas de pessoas concentraram-se em protesto em frente da esquadra da PSP naquele bairro. A polícia acabou por dispersar a multidão com tiros.

A reacção fez-se sentir durante vários dias, em que ocorreram ataques contra a polícia assim como incêndios de carros e diversos equipamentos urbanos. As autoridades e restantes defensores da ordem democrática mostraram-se preocupados, e de facto preocuparam-se, pois o potencial da revolta era imprevisível.

O discurso veiculado nos *media* oscilou entre os pedidos de moderação à polícia para evitar o alastramento dos distúrbios e exigências de uma actuação musculada para reprimir qualquer insolência para com a autoridade. Repetiu-se incessantemente a humilhação dos habitantes da Bela Vista, na melhor imagem, retratados como *escudo humano* de gangs de delinquentes, na pior, como uma massa de parasitas estrangeiros mal-agraçados que apenas sobrevive à custa do Rendimento Mínimo. Se estão descontentes, que façam abaixo-assinados e protestos simbólicos, ou votem no candidato partidário da sua preferência. Já desafiar o monopólio da violência exercido pelo Estado democrático, isso é que não.

De novo, é no *Diário de Notícias*, sob a pena de Valentina Marcelino, que encontramos a voz da polícia. De novo, surge a referência às “*organizações anarquistas*”, acusadas de estarem “*por trás dos confrontos de grande dimensão que aconteceram*” em França e na Grécia². Agora que já ninguém se lembra de Bin Laden e da sua Al-Qaeda, o papel de *inimigo público número um* parece servir na perfeição aos anarquistas.

Saberemos colocar o sistema em xeque?

É óbvio que os artigos publicados por Valentina Marcelino no DN foram redigidos quase totalmente com base em fontes policiais. Não há que enganar: o que neles está escrito é precisamente aquilo que a polícia quer lançar ao público. O facto de ser sempre a mesma jornalista, e mais ninguém, a receber estas informações em primeira mão leva-nos apenas a concluir que quer Valentina Marcelino quer o Diário de Notícias são, neste momento, fiéis porta-vozes da polícia e dos seus objectivos.

A polícia sabe certamente que joga um jogo perigoso. Criar constantemente o alarme acerca de grupos radicais que fomentam a revolta, pode levar a que mais pessoas descontentes simpatizem com esses mesmos grupos. Mas o objectivo principal, a fabricação do consenso entre a maior parte da população face à necessidade de apoiar toda e qualquer acção da polícia contra virtuais insurreições, é facilmente conseguido.

Ao mesmo tempo, transparece a ideia de total controlo do Estado sobre a situação. As forças policiais, estas sim *enquadradas internacionalmente*, maravilhosamente equipadas e informadas, e autorizadas a actuar com firmeza, demonstram o seu imenso poderio, perante o qual mais valeria desistir do que ousar erguer a cabeça e lutar...

A todo o momento, devemos saber como evitar morder o isco lançado pelas autoridades, continuando a fazer avançar o campo das nossas lutas sem a preocupação de obedecer a critérios de aceitabilidade pública e democrática. Ceder aos critérios da *opinião pública*, ao mesmo tempo que criticamos a forma como esta é formada no seio de uma sociedade capitalista e autoritária, corresponde a movimentarmo-nos em areias movediças.

Afirmar, como já foi feito, que a morte de um jovem às mãos da polícia na Amadora não tem nada a ver “com o que se passa lá fora” – ou seja, com a resposta popular em regiões como a Grécia

precisamente à mesma prepotência dos mercenários a mando do Estado – representa uma evidente capitulação perante a vontade da polícia de isolar e compartimentar @s oprimid@s e explorad@s em fronteiras de Estados, línguas, etnias, guetos, etc., e fazer-lhes crer que a sua luta é unicamente sua e não a de todos os explorad@s e oprimid@s em todo o mundo.

Fazer retrair a nossa actividade para evitar a ameaça da repressão é cair na armadilha montada pela polícia, abrindo ainda mais o caminho para a espada que as autoridades fazem pairar sobre as nossas cabeças. Da mesma forma, é um erro crasso que nos queiramos apresentar como gente *pacífica* e *ordeira*, separando os meios de luta por nós utilizados, *pacíficos* e *ordeiros*, dos empregados por quem reage com violência à quotidiana violência do sistema. Isso é fazer o trabalho da polícia, isolando os indesejáveis e quebrando relações de solidariedade que se devem reforçar, e assim, contribuir para o retrocesso do campo libertário da guerra social.

A forma como conduzimos as nossas actividades, deve resultar dos projectos por nós definidos, a partir do debate e da experiência adquirida e herdada. A teorização, não para a construção de maravilhosos castelos imaginários no cimo das nuvens, mas a partir da prática e para a prática impõe-se como uma necessidade imperativa para tod@s @s revolucionári@s lúcid@s nos tempos que correm.

Os dados estão lançados. A polícia tenta que joguemos o jogo segundo as suas regras. Conseguiremos impor as nossas?

José Guedes

¹ A expressão é de José Manuel Anes, director do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, compincha do Ministro da Administração Interna Rui Pereira (ex-director do SIS), aquando dos distúrbios na Bela Vista no mês de Maio de 2009 (“Polícia decidida a travar o rastilho da violência”, in *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 2009).

² *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 2009, p. 6



Desaparecimento de duas grandes figuras do anarquismo e da historiografia do movimento libertário



Abel Paz

Faleceu no dia 13 de Abril de 2009, em Barcelona.

Diego Camacho, filho de pais camponeses, nasceu em 1921 em Almería [...]. Em 1935 começou a trabalhar como ajudante numa fábrica têxtil e aderiu à CNT e às Juventudes Libertárias, organizações nas quais militou, tal como no seu pequeno grupo de afinidade *Quijotes del Ideal*, durante o período revolucionário, intensificado em 19 de Julho de 1936. Combateu nas jornadas de Maio de 1937 e manteve, desde então e até hoje, uma posição crítica dentro do movimento libertário. Com a entrada, a 26 de Janeiro de 1939, das tropas franquistas em Barcelona exilou-se em França e sofreu a dramática situação dos campos de concentração. Em 1942 incorporou-se na guerrilha libertária que lutava em Espanha contra a ditadura militar burguesa. Em Dezembro desse mesmo ano foi detido pela polícia devido às suas actividades subversivas e encarcerado até 1953, ano em que voltou a exilar-se em França para regressar definitivamente a Espanha em 1977 [...]. A obra de Abel Paz publicada em castelhano e catalão é a seguinte: *Paradigma de una revolución (19 de Julio de 1936)*; *Durruti, el proletariado en armas*; *CNT (1939-1951)*; *Crónica de la columna de Hierro*; *19 de Julio en Barcelona*; *Al pie del muro*; *Los internacionales en la región española*; *Entre chumberas y alacranes*; *Viaje al pasado*; *Entre la niebla*; y *España y Marruecos en los años 30*.

(Excerto do artigo de Robi Cima Ron “La trayectoria de Abel Paz”, publicado no diário *Clio Clot* em Outubro de 1997, reproduzida como nota do texto “Paris 1968” que publicamos neste número da revista Apoio-Mútuo)



Edgar Rodrigues

Faleceu no dia 14 de Maio de 2009, no Rio de Janeiro.

Edgar Rodrigues nasceu em 12 de Março de 1921 em Angeiras, no Norte de Portugal. Filho de um militante anarco-sindicalista português, participou da luta contra a ditadura salazarista, tendo-se exilado no Brasil em 1951. No Rio de Janeiro relacionou-se com os velhos militantes anarquistas, como José Oiticica e Edgard Leuenroth, participando nas actividades do movimento e colaborando regularmente na imprensa libertária.

Os seus livros são uma das principais fontes documentais para a história do movimento operário e anarquista brasileiro. Foi também autor de quatro volumes sobre a história do movimento operário e do anarquismo em Portugal.

Foi militante e associado do Centro de Cultura Social de São Paulo a partir da sua reabertura em meados dos anos 80.

Entre as suas dezenas de obras publicadas contam-se: *Na Inquisição de Salazar* (1957), *A Fome em Portugal* (1958), *O Retrato da Ditadura Portuguesa* (1962), *Nacionalismo e Cultura Social (1913-1922)* (1972), *ABC do Anarquismo* (1976), *Breve História do Pensamento e da Lutas Sociais* (1977), *Trabalho e Conflito (Greves Operárias 1900-1935)* (1977), *Deus Vermelho* (1978), *Alvorada Operária (Os Congressos 1887-1920)* (1980), *O Despertar Operário em Portugal (1834-1911)* (1980), *Os Anarquistas e os Sindicatos em Portugal (1911-1922)* (1981), *A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal (1922-1939)* (1981), *A Oposição Libertária à Ditadura (1939-1974)* (1982), *ABC do Sindicalismo Revolucionário* (1987), *Os Libertários* (1993), *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)* (1993), *Os Companheiros* (1998), *Pequeno Dicionário de ideias libertárias* (1999), *Universo Acrata* (1999), *Mulheres e Anarquia* (2007).

(adaptado a partir de “Biografia de Edgar Rodrigues” de Jorge E. Silva e de “Nota de falecimento de Edgar Rodrigues” do Centro de Cultura Social de São Paulo, Brasil)

É nossa a bandeira dos deserdados

Içai bem alto a bandeira dos deserdados,
esfomeados e revoltados
é negra a sua cor
bandeira da dor, do amor, da fraternidade,
é símbolo da sociedade do porvir
sociedade livre de exércitos, padres e deputados
onde não haverá mandar nem servir
Homens com história mas sem glória
Em seu lugar outros de paz, ciência e harmonia
sociedade de nome Anarquía
ao contrário do caos da democracia
da fome, da desigualdade e corrupção
onde outros valores se levantarão
não mais pátrias viverão
num mundo onde eu poderei dizer:
_içai a bandeira que foi dos deserdados
e dá-me a tua mão meu amigo, meu irmão
já não há pátria nem patrão.



Rui Castro

Excerto da Declaração de Princípios da Associação Internacional dos Trabalhadores – Secção Portuguesa (AIT-SP)

A AIT-SP é uma associação independente de trabalhadores que procuram intervir directamente, isto é, sem representantes ou intermediários de qualquer espécie, na defesa dos seus interesses económicos, sociais e culturais.

Com esta aliança os seus aderentes pretendem constituir, em Portugal, uma vasta e forte Confederação de Sindicatos baseada efectivamente no respeito pela dignidade de cada produtor, uma união de sindicatos que não sejam meros apêndices ou correias de transmissão de forças exteriores ao mundo laboral (partidos políticos, por exemplo), nos quais os trabalhadores não sejam substituídos, no âmbito da defesa dos seus interesses particulares, por uma burocracia sindical.

A prática desta aliança baseia-se nos problemas concretos e nos interesses, imediatos e mediatos, dos trabalhadores. A sua acção visa, simultaneamente, a melhoria, no quadro do sistema social vigente, das condições de vida dos trabalhadores e a total emancipação desta classe social.

Não deixando de lutar pela melhoria imediata das condições em que vive a

população laboriosa, esta aliança procura que os trabalhadores adquiram, através da sua prática sindical, a capacidade de proceder a uma transformação completa do actual meio social. A edificação de uma sociedade assente no COMUNISMO LIBERTÁRIO, a substituição da organização autoritário-capitalista por uma CONFEDERAÇÃO DE COMUNAS LOCAIS, ECONÓMICAS, IGUALITÁRIAS E LIBERTÁRIAS, constitui o objectivo final ou global da AIT-SP.

A AIT-SP defende, em teoria e na prática, a união social, livre e solidária de todos os trabalhadores.

A AIT-SP opõe-se a toda e qualquer forma de mediatização das lutas dos trabalhadores e considera que um ataque a uma parte do proletariado é um ataque a *todos* os proletários. A utilização do método da ACÇÃO DIRECTA e o recurso à arma da SOLIDARIEDADE constituem dois aspectos essenciais da prática sindical da AIT-SP.

A AIT-SP recorre à greve geral activa e a outros meios de luta próprios do anarco-sindicalismo.

Derrubar os poderes constituídos e declarar abolido o direito de propriedade. Está bem: isso pode fazê-lo um partido... e ainda, é preciso que esse partido, além das próprias forças, tenha em seu favor a simpatia das massas e uma suficiente preparação da opinião pública.

Mas depois? A vida social não admite interrupções. Durante a revolução ou insurreição, como queiram, e logo depois, é preciso comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes, etc., etc... e estas coisas não se fazem por si mesmas. Hoje mandam-nas fazer o governo e os capitalistas para delas tirarem proveito; expulsos o governo e os capitalistas devem os operários fazê-las espontaneamente em proveito de todos; caso contrário, brotarão, com um nome ou outro, novos governos e capitalistas.

E como poderiam os operários satisfazer as necessidades urgentes, se não estivessem já habituados a reunir-se e a discutir uns com os outros os interesses comuns, se não estivessem de certo modo já prontos a aceitar a herança da velha sociedade?

No dia seguinte àquele em que, numa cidade, os negociantes de cereais e os patrões padeiros perderem os seus direitos de propriedade e, portanto, o interesse de abastecer o mercado, é necessário que se encontre nos armazéns o pão necessário para a alimentação pública. Quem pensará em tal, se os operários padeiros não estivessem já associados e prontos a agir sem os patrões, e se, à espera precisamente da revolução, não pensassem em calcular as necessidades da cidade e no modo como satisfazê-las?

Não queremos com isto dizer que para fazer a revolução se tenha que esperar que todos os operários estejam organizados. Isso seria impossível, dadas as condições do proletariado; e felizmente não é necessário. Mas é preciso que ao menos haja os núcleos, em torno dos quais possam rapidamente agrupar-se as massas, mal se libertem do peso que as oprime. Porque, se é utopia querer fazer a revolução quando todos estiverem de acordo, e prontos, maior utopia é querer fazê-la com coisa nenhuma e com ninguém. Há uma medida em tudo. Entretanto, trabalhem para que cresçam o mais possível as forças conscientes e organizadas do proletariado. O resto virá por si.

Texto de Errico Malatesta, publicado em "L'Agitazione", a 18 de Junho de 1897



**Associação Internacional d@s Trabalhador@s
– Secção Portuguesa**

Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal
E-mail: aitport@yahoo.com
Blog: ait-sp.blogspot.com